



ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
CURSO DE PEDAGOGIA

ANA CLARA ALVES ANDRADE

**O Curso de Pedagogia a partir da sua história, políticas curriculares,  
formação para a docência na alfabetização: estudo sobre o curso da PUC  
Goiás**

GOIÂNIA

2021

ANA CLARA ALVES ANDRADE

**O Curso de Pedagogia a partir da sua história, políticas curriculares,  
formação para a docência na alfabetização: estudo sobre o curso da PUC  
Goiás**

Trabalho monográfico apresentado como Avaliação Parcial da disciplina de Monografia II do Curso de Pedagogia da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto.

GOIÂNIA

2021

## **Banca Examinadora**

Ma. Márcia Helena Santos Curado

Professor Leitor

Dr<sup>a</sup>. Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto

Professora Orientadora

Data: 11/dezembro /2021

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, a Deus por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante a realização do trabalho.

Agradeço aos meus pais, minha irmã e meus padrinhos que me incentivaram nos momentos difíceis.

Agradeço a professora Sylvana por ter sido minha orientadora, por todos os conselhos, pela paciência com a qual guiou meu aprendizado.

*A alfabetização é mais, muito mais, do que  
escrever. É a habilidade de ler o mundo.*

*Paulo Freire*

## RESUMO

### **O Curso de Pedagogia a partir da sua história, políticas curriculares, formação para a docência na alfabetização: estudo sobre o curso da PUC Goiás**

Ana Clara Alves Andrade

Esse trabalho tem como objetivo compreender o processo de formação de professores pedagogos. Para tanto, apresentamos alguns elementos do percurso histórico da criação do Curso de Pedagogia no Brasil. Realizamos uma abordagem sobre a identidade docente e a percebemos como uma construção social, ou seja, a identidade do professor é definida a partir de como a sociedade observa a profissão docente, com as dificuldades da profissão, como a jornada estendida de trabalho e com a desvalorização do professor. Usamos como caso o Curso de Pedagogia da PUC Goiás com análise de seu Projeto Pedagógico de 2018 e apresentamos alguns pontos fundamentais do Projeto com o intuito de verificar a incidência da formação do pedagogo para a alfabetização nesta Instituição de Educação Superior (IES). Por fim, apresentamos uma conceituação de alfabetização e letramento a partir do entendimento de Magda Soares em que a autora faz uma crítica sobre a junção do letramento e alfabetização.

Tomamos como base autores que tratam sobre o tema, como Magda Soares (2003), Brzezinski (2013), Libâneo (2001), Brandão (2007), Freitas (2019) bem como artigos e dados em leis da educação como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/1996. Trabalhamos com dados da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), com documentos como o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da PUC Goiás (2018), Base Nacional Comum Curricular - BNCC e a Base Nacional Curricular – Formação (BNC Formação) observando os seus impactos atuais na formação do professor.

**PALAVRAS – CHAVE:** Alfabetização, formação, professor, Pedagogia.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>8</b>
<b>Capítulo 1-</b> Pedagogia no Brasil: alguns apontamentos sobre a sua constituição e reformulações legais.	<b>9</b>
<b>1.1</b> História do Curso de Pedagogia no Brasil: algumas evidências a partir da década de 1930.	<b>9</b>
<b>1.2.</b> Orientações legais para a formação do pedagogo a partir da década de 1990 no Brasil.	<b>15</b>
<b>Capítulo 2</b> -A Pedagogia, a docência e a formação de professores alfabetizadores : um estudo sobre o Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia da PUC Goiás – 2018.	<b>20</b>
<b>2.1</b> Identidade e profissionalização docente.	<b>20</b>
<b>2.2</b> A formação do Pedagogo e sua interface com a docência na alfabetização: um estudo sobre a Pedagogia da PUC Goiás a partir do seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC), de 2018.	<b>23</b>
<b>2.3</b> Uma interpretação sobre Alfabetização e Letramento.	<b>32</b>
<b>Considerações finais.</b>	<b>35</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>37</b>

## **Introdução**

O tema para a pesquisa em questão foi escolhido a partir de questionamentos feitos por colegas de turma, futuros pedagogos que avaliam que, ao sair da universidade não se sentem preparados para assumirem turmas de alfabetização. Percebeu-se então a importância de aprofundar nessa questão, buscando compreender sobre a formação docente do Pedagogo e a sua formação como professor alfabetizador.

Durante a realização de minha formação no curso de Pedagogia, surgiu o interesse sobre a questão do professor alfabetizador, pois se discute bastante sobre a atuação do professor na Educação Infantil e pouco sobre a atuação do professor como alfabetizador. No 5º período aprofundei mais nessas questões e a partir daí surgiu o interesse pela alfabetização.

Outro fator que contribuiu para a escolha do tema é tentar compreender o porquê dos estudantes, ao saírem do Curso de Pedagogia, não terem interesse em ingressar nas instituições escolares como professores alfabetizadores. Pouco se escuta dos graduandos o desejo de trabalhar com crianças a leitura e a escrita iniciais, a alfabetização matemática e de outras áreas do conhecimento. Desde que optei pela carreira de professora senti a vontade de seguir o caminho como alfabetizadora, porém me pergunto sobre a formação que o curso de Pedagogia da PUC Goiás oferece aos acadêmicos que querem seguir esse caminho e em que medida enfatiza essa questão de forma mais específica.

Para tanto, tomamos o PPC do Curso de Pedagogia da PUC Goiás como documento norteador da formação de pedagogos na instituição e a partir dele pudemos realizar discussões específicas e mais amplas e contextuais também.

A formação do professor de alfabetização é um campo bastante antigo e relevante na educação nacional. No Brasil, considerando as mudanças sociais, econômicas, do trabalho que afetam o campo educacional e também o perfil esperado de professores pedagogos, percebemos a necessidade de refletir sobre a formação do pedagogo e discutir possíveis dificuldades e desafios que se referem à sua atuação na escola como professor alfabetizador. O Curso de Pedagogia da PUC Goiás se mantém como uma referência na cidade de Goiânia e no Estado de Goiás como um curso de qualidade e que forma pedagogos de longa data, há mais de setenta anos. Compreendemos como importante discutir, a partir de seu último PPC, qual o lugar da alfabetização e que concepções formativas estão impressas para a formação do pedagogo como professor alfabetizador, sendo esta uma das áreas de atuação da docência. Diante disso, são levantados alguns questionamentos: Quais são os elementos contextuais dos

campos social, político, econômico e educacional que impactam a formação de professores no Brasil? O que temos nos últimos anos e na atualidade como orientações legais para a formação de professores e, mais especificamente, para a formação de pedagogos? É possível encontrar elementos conceituais e propositivos no Projeto Pedagógico de 2018 do Curso de Pedagogia da PUC Goiás que façam referência à formação de alfabetizadores?

Como objetivos para essa pesquisa, definimos o seguinte percurso:

1. Discutir, de modo geral, conceitos e contextos sociais, políticos e educacionais que configuram a educação escolar, currículo, formação de professores, pedagogia e alfabetização.
2. Compreender o percurso histórico do Curso de Pedagogia no Brasil e na PUC Goiás.
3. Estudar os documentos legais que orientam a formação de professores nos últimos anos e na atualidade.
4. Analisar o processo de formação de professores alfabetizadores do Curso de Pedagogia da PUC Goiás a partir o PPC/2018.

A pesquisa realizada teve como tipologia a pesquisa documental e bibliográfica. Para a pesquisa bibliográfica foi realizado um levantamento da literatura em plataformas como o Scielo e Google Acadêmico, por buscas por livros, artigos que se relacionem com o tema. A pesquisa também foi realizada por buscas em documentos legais que orientam a formação de professores e a constituição do Curso de Pedagogia.

Este trabalho monográfico está organizado em dois capítulos e são denominados como: **Capítulo 1** - Pedagogia no Brasil: alguns apontamentos sobre a sua constituição e reformulações legais e **Capítulo 2** - A Pedagogia, a docência e a formação de professores alfabetizadores: um estudo sobre o Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia da PUC Goiás – 2018.

Para tanto, tomamos como base autores que tratam sobre o tema, como Magda Soares (2003), Brzezinski (2013), Libâneo (2001), Brandão (2007), Freitas (2019) bem como artigos e dados em leis da educação como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/1996. Trabalhamos com dados da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), com documentos como o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da PUC Goiás (2018), Base Nacional Comum Curricular - BNCC e a Base Nacional Curricular – Formação (BNC Formação) observando os seus impactos atuais na formação do professor.

## Capítulo 1

### **Pedagogia no Brasil: alguns apontamentos sobre a sua constituição e reformulações legais**

Este Capítulo apresenta algumas evidências da história do curso de Pedagogia a partir da década de 1930, bem como discute orientações legais para a formação do pedagogo a partir da década de 1990 no Brasil, fazendo uma reflexão de contextos educacionais e diretrizes curriculares para a formação do pedagogo.

#### **1.1 História do Curso de Pedagogia no Brasil: algumas evidências a partir da década de 1930**

O que é Pedagogia? A Pedagogia se ocupa, de fato, com a formação escolar de crianças, com processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas, antes disso, ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante, conforme Libâneo (2001, p. 6) [...] ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa. Portanto a Pedagogia é teoria e prática da educação. O autor acrescenta que:

Pedagogia diz respeito a uma reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, sobre as práticas educativas, para poder ser uma instância orientadora do trabalho educativo. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas a um imenso conjunto de outras práticas. (LIBÂNEO, 2001. P.6)

A Pedagogia permanece na prática social, ou seja, ela não envolve apenas as práticas pedagógicas, ela está inserida a um conjunto de outras práticas sociais. Pedagogos são os profissionais que atuam em várias áreas da educação, diretamente ou indiretamente ligadas ao processo de transmissão e assimilação de saberes e ação. (LIBÂNEO, 2001).

Saviani (2008, p. 01) esclarece que “[...] ao longo da história da chamada civilização ocidental, a pedagogia foi firmando-se como correlato da educação, entendida como o modo de apreender ou de instituir o processo educativo” e que estabeleceu-se “[...] em íntima relação com a prática educativa, constituindo-se como a teoria ou ciência dessa prática [...]”. O autor nos informa que:

Desde a Grécia, delineou-se uma dupla referência para o conceito de pedagogia. De um lado foi se desenvolvendo-se uma reflexão estreitamente ligação à filosofia [...].

De outro lado, o sentido empírico e prático inerente à paidéia entendida como formação da criança para a vida reforçou o aspecto metodológico já no sentido etimológico da pedagogia como meio, como caminho: a condução da criança. A partir do século XVII, esses dois aspectos tenderam a unificar-se, como demonstra o esforço realizado por Comenius. [...]. Foi, porém, com Herbart que os dois aspectos da tradição pedagógica foram reconhecidos como distintos, sendo unificados num sistema coerente: os fins da educação, que a pedagogia deve elaborar a partir da ética; e os meios educacionais, que a mesma pedagogia elabora com base na psicologia. A partir daí a pedagogia consolidou-se como disciplina universitária, definindo-se como espaço acadêmico de estudos e pesquisas educacionais.

Para nossa discussão, entendendo que a formação de professores tem como marco histórico a chegada dos jesuítas e a constituição da Pedagogia no Brasil se faz a partir de disputas políticas, econômicas e educacionais, vamos localizar a formação do pedagogo a partir da década de 1930.

Sokolowski (2015, p. 227), nos informa que a formação de professores no Brasil ganha relevância a partir dos anos de 1930,

[...] porque foi quando a formação de professores para a segunda fase do que chamamos, hoje, ensino fundamental e para o ensino médio passou a ser oferecida nas universidades, com a instituição da licenciatura, no famoso esquema 3+1. No período que se seguiu, de 1940 até a LDB de 1961, ocorreram poucas e pouco substanciais alterações nas licenciaturas. No final da década de 1960 e na década de 1970, o modelo educacional tecnicista foi implantado e os professores passaram a ser formados para atuarem nesse modelo.

Embora o pedagogo, formado desde da década de 1930, não deixou de ser apenas um profissional técnico, ele foi formado em um curso legalmente constituído e em um contexto político e educacional. A legislação e as políticas educacionais transformaram-se ao longo do tempo, portanto, o pedagogo possui uma bagagem histórica na sua formação. (SOKOLOWSKI, 2000).

No final do século XIX até 1930, no Brasil, os professores eram formados pela Escola Normal, que permaneceu por quase um século. Na década de 1930 a figura da Escola Normal vai sendo substituída pelos Institutos de Educação. O período de formação de professores era de dois anos, contendo disciplinas tradicionalmente conhecidas como Fundamentos quanto às Metodologias de Ensino.

No século XX, o Brasil estava passando por um processo que deixava os serviços educacionais de pequenas proporções para serviços educacionais de grandes proporções, juntamente com o crescimento em grande escala da população brasileira, bem como o crescimento econômico que conduziu a altas taxas de urbanização e industrialização. O crescimento da população global aumentou e a matrícula geral nas escolas primárias e

secundárias aumentou vinte vezes, sob o ponto de vista quantitativo houve um avanço significativo no campo educacional.

No início do século XX alguns movimentos, provocavam mudanças na educação, especialmente o Entusiasmo pela Educação e o movimento dos Pioneiros da Escola Nova, que lutavam pela educação e pela implantação de universidades no Brasil. O movimento escolanovista rompeu com o período anterior, impulsionando assim a profissionalização dos professores. Conforme Sokolowski (2015, p. 228):

[...] um grupo de intelectuais educadores, sob a inspiração de novos ideais de educação, lançou um movimento de renovação educacional e, em 1932, publicou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Dentre outros assuntos, o Manifesto incorporou as reivindicações populares por mais escolas e defendeu a universalização do ensino.

Neste contexto, com a criação da Faculdade de Filosofia e Letras, que vai ser um dos pilares da Universidade brasileira, é criado o curso de Pedagogia em 1939 quando a Escola de Professores fez parte da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. O curso de Pedagogia integrava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Como todos os cursos das Faculdades de Filosofia Ciências e Letras, seu primeiro objetivo era formar professores para o ensino secundário, como bem esclarece Brzezinski (1996). O curso de Pedagogia tinha como finalidade formar professores para a Escola Normal e para os Institutos de Educação.

Ferreira (2012), em resenha produzida sobre o livro intitulado *Curso de Pedagogia no Brasil: História e Formação com Pedagogos Primordiais (2011)*, de Giseli Barreto da Cruz, apresenta discussão da autora sobre quatro marcos legais que regulamentaram a trajetória do curso de Pedagogia no Brasil. Conforme Cruz (2011), o primeiro marco data de 1939, quando o governo federal, sediado na cidade do Rio de Janeiro, promulgou o decreto-lei nº. 1.190/1939, criando o curso de Pedagogia ao organizar a Faculdade Nacional de Filosofia - FNFfi. Os anos de 1930 foram marcados por importantes iniciativas no campo educacional, dentre elas o trabalho desenvolvido pelos Institutos de Educação, tendo como base as experiências escolanovistas. A autora aborda o papel dos Institutos de Educação para justificar que a Pedagogia já fazia parte do contexto universitário antes mesmo de constituir um curso.

Ao ser criado, o curso visava à formação de bacharéis em Pedagogia para ocuparem os cargos técnicos em educação, fato que representou, conforme sua opinião, uma distorção da própria concepção da FFCL, uma vez que sua função seria a de formar "um núcleo de pesquisas não profissionais, voltado especificamente para a formação cultural e específica, por meio dos estudos históricos, filosóficos e sociológicos, principalmente" (p. 36). Quando licenciado, o pedagogo poderia lecionar nas escolas

normais, instituições responsáveis pela formação de professores primários. Dessa forma, os cursos de Pedagogia passaram a ser objeto de disputa - para a formação do professor primário - e de crítica - devido à sua natureza e função. (FERREIRA, 2012, p. 299)

O segundo marco data de 1962, com a aprovação do parecer do então Conselho Federal de Educação – CFE – nº. 251/1962, estabelecendo novo currículo mínimo e nova duração para o curso. Apesar da reformulação, o curso manteve a dualidade bacharelado *versus* licenciatura. (FERREIRA, 2012, p. 299).

Ferreira (2012) citando Cruz (2011), afirma que o terceiro marco data de 1969, com a aprovação do parecer CFE Nº. 252/1969, que veio acompanhado da Resolução do CFE nº. 02/1969, novamente instituindo um currículo mínimo e outra duração para o curso.

A partir de então, o curso de Pedagogia foi fracionado em habilitações técnicas, formando especialistas voltados aos trabalhos de planejamento, supervisão, administração e orientação educacional. Tais habilitações passaram a definir o perfil profissional do pedagogo. A Didática tornou-se disciplina obrigatória, sendo, antes, um curso realizado à parte para se obter a licença para o magistério. A Reforma Universitária de 1968 (lei n. 5.540/68) trouxe mudança significativa para o curso de Pedagogia, que deixou de fazer parte da Faculdade de Filosofia para integrar a Faculdade de Educação, instituída pela reforma. Essa fragmentação do trabalho pedagógico gerou inúmeras críticas desde os anos de 1970, desencadeando um movimento de reformulação dos cursos de Pedagogia nos anos de 1980, com o amparo da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - Anfope. Esta obteve o aval do Conselho Federal de Educação - CFE -, que passou a aceitar propostas alternativas ao disposto no terceiro marco legal. Com isso, "muitas instituições, progressivamente, foram incorporando novas habilitações ao Curso de Pedagogia, voltadas essencialmente para a docência" (FERREIRA, 2012, p. 300).

No quarto marco, Ferreira (2012) explicita em sua resenha de Cruz (2011), é abordada a Resolução CNE n. 01, de 10/4/2006, que fixou Diretrizes Curriculares, inaugurando nova fase para o curso no que diz respeito à formação dos profissionais da educação. O pedagogo passa a assumir o perfil de um profissional capacitado para atuar no ensino, na organização e na gestão do trabalho pedagógico em diferentes contextos educacionais.

Conforme Saviani (2013, p. 10):

Ao longo dos últimos dois séculos, as sucessivas mudanças introduzidas no processo de formação docente no Brasil revelam um quadro de descontinuidade, embora sem rupturas. A questão pedagógica, de início ausente, vai penetrando lentamente até ocupar posição central nos ensaios de reformas da década de 1930. Mas não encontrou, até hoje, um encaminhamento satisfatório. Ao fim e ao cabo, o que se revela permanente é a precariedade das políticas formativas, cujas sucessivas mudanças não lograram estabelecer um padrão minimamente consistente de preparação docente para fazer face aos problemas enfrentados pela educação escolar em nosso país.

Sob um outro aspecto, é importante destacar que a década de 1990 trouxe mudanças significativas para o campo educacional no Brasil e, conseqüentemente, no processo de formação dos professores, marcando o avanço do neoliberalismo no Brasil. As reformas educacionais na época surgem das transformações produtivas. Sendo assim, o lema “Brasil Novo” inscreve-se com o objetivo de adaptar os sistemas de ensino às regras políticas econômicas. Com essa nova fase, as políticas educacionais aliam-se aos interesses do mercado. A educação passou a ser defendida como aspecto central do desenvolvimento econômico, afirma Sokolowski (2013). “Os princípios empresariais foram transferidos para o campo educacional, transformando a educação em um produto em oferta no mercado, em uma mercadoria. (SOKOLOWSKI, 2013, p. 89).

Azevedo (2006) nos chama a atenção para a década de 1990 no Brasil, em que reformas educacionais foram orientadas pelo Banco Mundial e demais organismos internacionais e tinham objetivos muito bem estabelecidos, como: promover a modificação das políticas sociais do Estado, ampliar a oferta do ensino fundamental. Incentivaram, também, a formação de professores, considerando-os como um dos agentes fundamentais para as mudanças econômicas e sociais do século XXI. A necessidade de se formar um novo tipo de trabalhador, requerido pelo sistema capitalista, exigiram mudanças nos papéis sociais da educação e conseqüentemente na organização legislativa educacional. Nesse sentido, a legislação educacional compreende as políticas públicas governamentais que estabelecem relações entre a educação e o desenvolvimento econômico ou entre a educação e as demandas do mercado de trabalho.

Azevedo (2006) ainda afirma que:

A educação básica passou a ter como objetivo, atribuir a capacidade dos sujeitos de se tornarem empregáveis. Trata-se de relacionar a educação com a possibilidade dos indivíduos terem acesso ao mercado de trabalho. Com vistas à realização de tais objetivos, o Estado realizou mudanças bastante abrangentes no arcabouço normativo da educação escolar, tanto na educação básica como na educação superior, especialmente no que se referiu à formação de professores.

Conforme Azevedo (2006), “a educação escolar no país consolidou uma tendência dos países em desenvolvimento que era de responder aos imperativos do país ao processo de globalização neoliberal.” O sistema educacional como um todo se redefine para “formar um novo trabalhador e um novo homem que contribua para amenizar a crise internacional capitalista” (Neves, 1999 apud Azevedo, 2006).

## **1.2. Orientações legais para a formação do pedagogo a partir da década de 1990 no Brasil**

No Brasil foram criadas políticas no campo educacional que se referem à formação ou à condição dos profissionais da educação. Entre elas destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. São essas políticas educacionais que caracterizam o novo perfil do pedagogo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, destaca-se como a lei que foi implantada no Brasil no campo político educacional e que se refere à condição dos profissionais da educação. A LDBEN 9.394/96 (BRASIL, 1996) define em quatro artigos a formação de professores de educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.

Art. 4º. O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, nos cursos de ensino médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Art. 62º. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Art. 63º. Os institutos superiores de educação manterão:

I – Cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II – Programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III – programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 64º. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Vale ressaltar que no Art. 62 criou instituições de ensino superior que formaria professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental no curso normal superior, sendo assim o curso normal superior daria a mesma função que o curso de pedagogia e licenciatura, que a sua formação ocorreria de forma mais rápida, com o custo mais baixo e de curta duração.

A Lei nº 12.014/2009 alterou o art. 61 da LDBEN/1996 e esta Lei diz:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.” (NR)

Desde a década de 1990, mais especificamente, a Anfope (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação) e Anpae (Associação Nacional de Política e Administração da Educação), promoveram inúmeros debates em congressos educacionais, durante os quais se discutiu a especificidade do curso de pedagogia e também a área do pedagogo. No início dos anos 2000, o debate se estendeu levando para a definição das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia. Com a divulgação dos Pareceres CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005 e CNE/ CP nº 3, de 21 de fevereiro de 2006 e com a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, ficou definido o papel do pedagogo como um profissional que tem a docência como base de sua formação, estando apto para atuar tanto na educação básica como na gestão dos processos educativos escolares e não escolares e na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

As DCN de Pedagogia (2006) iniciam a discussão em torno do conhecimento pedagógico, do curso de Pedagogia, dos cursos de licenciatura para a formação de professores e do exercício profissional de professores e especialistas em educação.

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio de modalidade Normal e com cursos de Educação Profissional, na área de serviços de apoio escolar, bem como outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. A formação oferecida

abrangerá, integralmente a docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas de instituições de ensino geral, e a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas (BRASIL/MEC/DCN, 2006, p.6).

Desse modo, o curso de formação de professores promove a formação docente, desenvolve valores humanos, os professores sejam preparados iniciar nas instituições. As DCN de Pedagogia (2006) estabeleceram princípios que o curso deveria formar o pedagogo:

Art. 5º O egresso do curso de pedagogia deverá estar apto a:

I – Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; II – Compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social; III – fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do ensino fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria; IV – Trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; V – Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos alunos nas suas relações individuais e coletivas; VI – Aplicar modos de ensinar diferentes linguagens, língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia, artes, educação física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, particularmente de crianças; VII – relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas; VIII – promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade; IX – Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras; X – Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras; XI – desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento; XII – participar da gestão das instituições em que atuem enquanto estudantes e profissionais, contribuindo para elaboração, implantação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico; XIII – participar da gestão das instituições em que atuem planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não escolares; XIV – realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre seus alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas; XV – Utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos; XVI – estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes

A Anfope, desde sempre, defende uma discussão política de formação dos profissionais da educação, priorizando a formação inicial, condições de trabalho, salário e carreira e formação continuada. Sendo assim, o Documento do X Encontro Nacional 2000 afirma os princípios básicos para os cursos de formação dos profissionais da educação:

A formação para a vida humana, forma de manifestação da educação unilateral dos homens; a docência como base da formação; o trabalho pedagógico como foco formativo; a sólida formação teórica, a ampla formação cultural; a criação de experiências curriculares que permitam o contato dos alunos com a realidade da escola básica, desde o início do curso; a incorporação da pesquisa como princípio de formação; a possibilidade de vivência, pelos alunos, de formas de gestão democrática; o desenvolvimento do compromisso social e político da docência; a reflexão sobre a formação do professor e sobre suas condições de trabalho; a avaliação permanente dos cursos de formação; o conhecimento das possibilidades do trabalho docente nos vários contextos e áreas do campo educacional. (ANFOPE, 2000, p 37)

Sob outras premissas, a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC - Formação), instituída sob a Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020 levanta discussões atuais acerca da formação de professores, esta proposta está na contramão das Diretrizes Curriculares Nacionais para as licenciaturas. Conforme Costa; Mattos e Caetano, (2021):

Para garantir a implementação dessa base, o Estado/governo cuidou de aprovar a Resolução nº 2/2019, que consiste na reformulação dos cursos de licenciatura e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), fundamentada pelo Parecer CNE/CP nº 22/2019. Na expressão de Curado Silva (2020, p.104), a BNC-Formação é a ferramenta para “formar professores para ensinar a BNCC”, ou seja, é a estratégia para tornar viável o modelo de escola, educação e formação que o capitalismo contemporâneo projeta. (COSTA, MATTOS, CAETANO, 2021, p. 898).

A BNC - Formação tem como foco o fazer pedagógico. Essa formação especializada reduz a formação de um modo mais técnico e ampliado acerca da função do professor de problematizar, discutir e refletir questões da ação pedagógica. A Base Nacional Comum Curricular (2017) juntamente com a BNC- Formação, são políticas juntas, são contemporâneas e do mesmo governo que possui o mesmo alinhamento ideológico sobre a escola, o professor e a educação. A BNCC se coloca em uma reforma curricular, assim como a BNC- Formação ela se alinha à mesma lógica aos professores a serem formados. A partir dessa formação passada aos professores fazendo de modo com que eles trabalhem a BNCC quando estiverem no ambiente escolar, esse alinhamento de concepção tem como característica pragmática no fazer docente deixando de lado essa formação ampliada.

A concepção de base comum nacional que defendemos, constitui-se em um conjunto de eixos norteadores da organização curricular, entendidos como princípios orientadores com uma concepção sócio-histórica da formação, que devem estar presentes nos processos formativos, propiciando a todos os estudantes e educadores, no âmbito da formação inicial e formação continuada as condições para colocar seu trabalho em sintonia com as necessidades históricas da infância e da juventude e de um projeto histórico emancipador que demanda transformações radicais no atual sistema educativo, social e político. (HELENA DE FREITAS, 2019, p.2)

Conforme Costa, Mattos e Caetano (2021), nos anos de 1990, o MEC defendeu uma formação pautada, sobretudo, na racionalidade técnica, no “saber fazer” e na “pedagogia das competências”. Essa concepção de formação esteve articulada às exigências de organismos financeiros multilaterais e às novas configurações do mundo globalizado. A concepção de “organização curricular” pautada na pedagogia das competências foi apresentada como capaz de instrumentalizar os professores para o enfrentamento dos problemas de aprendizagem. Por isso, o foco no conhecimento socialmente útil, capaz de mobilizar habilidades geradoras de competências, torna-se central nas reformas curriculares implementadas pelo MEC nesse período. E a mesma fundamentação reaparece com a BNC – Formação anos depois, ou seja, estamos retrocedendo em termos de orientações curriculares para formação de professores.

A política de formação de professores não é um tema pacífico, visto que diferentes instituições e associações têm se posicionado sobre as concepções de formação implementada pelo Ministério da Educação (MEC). Destaca-se o papel protagonista da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), entre outras que “[...] elegeram] como tarefa fundamental a defesa da formação e da valorização dos profissionais da educação básica, balizada em um “paradigma educacional dialético” (ARAÚJO; BRZEZINSKI; DE SÁ, 2020, p. 3 apud COSTA, MATTOS e CAETANO, 2021, p. 899).

Costa, Mattos e Caetano (2021) concluem que a BNC - Formação:

É uma política que formata um currículo e uma formação pautada em competências e habilidades predeterminadas. **Prevalece a lógica do capital humano**, a qual, centrando tudo na economia, ignora as necessidades materiais, culturais dos sujeitos, e mais, acentua expressamente a expropriação do conhecimento docente. Constitui-se, na verdade, em um sistema de controle da formação e atuação docente que corresponde aos ditames do capital. (grifos nossos).

Schultz (1971, p. 33) expressa que “ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar”. Nesse sentido, podemos entender o capital humano como o conjunto de competências, comportamentos, conhecimentos e habilidades que um profissional tem para realizar suas funções no trabalho. A Teoria do Capital Humano contempla os investimentos na área da educacional como uma forma de retorno para o trabalho e para o capital, pois é àquela que prega e deposita fortemente o investimento na educação como a forma de provocar uma modificação social e econômica. Estamos revivendo a incidência dessa Teoria para o campo da educação, por meio das políticas educacionais em curso.

## Capítulo 2

### **A Pedagogia, a docência e a formação de professores alfabetizadores : um estudo sobre o Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia da PUC Goiás – 2018**

Este Capítulo procura fazer uma reflexão sobre a construção da identidade e profissionalização docente, bem como sobre a docência. Apresentamos o PPC do Curso de Pedagogia da PUC Goiás de 2018, a sua estruturação pedagógica, no sentido de refletir sobre a formação de professores alfabetizadores. Ao final, demarcamos nossa concepção sobre alfabetização e letramento fundamentada em Magda Soares.

#### **2.1 Identidade e profissionalização docente**

A palavra formação, é associada a várias interpretações. De origem latina, vem de *formatione*, que significa ato, efeito modo de formar. Pode ser caracterizado como atividades feitas para adquirir conhecimento prático e teórico. Para Carreira (1999, p. 29) o conceito de formação está ligado a uma lógica da prática, à produção do sujeito que se forma e deve ter em conta a identidade do formando, as suas representações sociais, afetivas e culturais.

Nóvoa (1995), nos explica que a identidade do pedagogo está vinculada ao processo de constituição da profissão docente, assim como ao processo de constituição da escola pública no Brasil, e à perspectiva de afirmação da profissão, a docência, entendida atualmente como a base da formação profissional do pedagogo. “A formação de professores é, provavelmente, a área mais sensível das mudanças em curso no setor educativo: aqui não se formam apenas profissionais; aqui se produz uma profissão” (NÓVOA, 1995, p. 26).

A profissão docente exerce-se a partir da adesão coletiva (implícita ou explícita) a um conjunto de normas e de valores. No princípio do século XX, este “fundo comum” é alimentado pela crença generalizada nas potencialidades da escola e na sua expansão ao conjunto da sociedade. Os protagonistas deste desígnio são os professores, que vão ser investidos de um importante poder simbólico. A escola e a instrução encarnam o progresso: os professores são os seus agentes. A época de glória do modelo escolar também é o período de ouro da profissão docente (NÓVOA, 1995, p. 19).

De acordo com Brzezinski (2002), o professor é o profissional que domina o conhecimento específico de sua área e os saberes pedagógicos, em uma perspectiva de totalidade e atua como agente de transformação da realidade. “O professor é o profissional

dotado de competência para produzir conhecimento sobre o seu trabalho, de tomar decisões em favor da qualidade cognitiva das aprendizagens escolares e, fundamentalmente, de atuar no processo constitutivo da cidadania do “aprender”, seja ele criança, jovem ou adulto.” (BRZEZINSKI, p.15. 2002).

Os profissionais da educação seguem pela busca de construir o seu profissionalismo, buscando por melhorias juntamente com as políticas educacionais que mantêm o reconhecimento social e econômico do docente. Conforme Brzezinski (2002) e atual para os dias de hoje, “[...] essas políticas apresentam nuances de perversidade e constituem um obstáculo para que os professores como categoria profissional, como identidade coletiva, desenvolvam um processo de profissionalização.”

A identidade do pedagogo, tendo a base a docência, ao logo da história da educação, do desenvolvimento dos cursos de Pedagogia como ciência e das mudanças do curso, vão se configurando por uma forma de saber, o domínio do conhecimento, objeto do campo, de ser, atribuições do campo ética e deontológica de fazer, domínio dos saberes da prática profissional. (BRZEZINSKI, 2011).

Sob um aspecto mais filosófico e de se pensar o sentido da docência, Coêlho (2008, p. 21), reflete que:

Sem dúvida, da Idade Média latina aos nossos dias avançamos muito em termos de ensino e pesquisa – e não poderia ser diferente, afinal setecentos anos de história não são de pouca monta –, mas o fizemos sobretudo em termos tecnológicos, práticos, pragmáticos e operacionais, ao mesmo tempo em que abandonamos questões fundamentais como a finalidade, o sentido e as exigências de nossa condição humana, a primazia da coisa pública, do que é coletivo em todos os aspectos e momentos da existência. **Estamos perdendo a dimensão humana, intelectual e universal da docência, a sensibilidade, a imaginação e a reflexão, o valor fundamental do livro, da leitura, do trabalho com os conceitos e argumentos, a razão como auctoritas por excelência e, então, perdemos a auctoritas para ensinar e formar. O magistério toma o caminho da profissionalidade, da técnica, da formalidade burocrática, do preenchimento das exigências cartoriais no ensino e na pesquisa, do produtivismo desvairado, das aparências, da busca do sucesso, escorregando muitas vezes no individualismo e na prepotência.** (grifos nossos).

E Coêlho (2008, p. 21 - 22) continua nos fazendo pensar sobre a docência, sobre o conhecimento, sobre o ensinar e o aprender:

Ao negar a questão do sentido da universidade e da docência e privilegiar a instrumentalidade, hoje poucos procuram fazer do aluno um estudante; boa parte dos docentes abraça, adere e louva ideias, teorias e livros que estão mais para ficções, fantasmas, do que para realidade, mais para simplificações e banalizações do que para o estudo e a leitura rigorosa e crítica, inerentes ao trabalho intelectual. Tangido por condições adversas e interesses vários, particulares, contingentes e

mutáveis, pelo mercado, a tecnologia e a mídia o docente muitas vezes esquece que seu ofício é fazer aprender, ensinar, instruir, *docere* e, para tanto, precisa a cada momento se fazer *doctus* sábio, douto, com discernimento e, ao mesmo tempo, doctor, mestre, aquele que realmente ensina, trabalha para constituir como realidade viva e interrogante a doutrina, o ensino, a instrução, a educação, a cultura, a teoria, o método, e para formar os estudantes nessa e por essa “con-vivência” com o saber, a cultura, a formação.

Segundo os dados da Resolução CNE/CP nº. 01, de 15/05/2006, que instituiu as DCN da Pedagogia, a docência consta na base da identidade profissional do pedagogo. Respeitada a base docente, a implementação destas diretrizes vem induzindo uma identidade múltipla e complexa ao pedagogo, na qual se articulam o ser professor, o ser pesquisador e o ser gestor. (BRZEZINSKI, 2011).

A identidade profissional docente do professor tem sido mencionada e questionada de como a profissão docente é representada, construída e mantida socialmente. Na realidade há uma desvalorização do professor atuante na educação considerando-o como reprodutor de conhecimento, não levando em conta sua jornada de trabalho e conseqüentemente desmotivando-o na sua profissão.

A referência na pesquisa educacional a questões como proletarização, desqualificação e desvalorização do professor, bem como de gênero. A identidade profissional que os professores individual e coletivamente constroem e a forma como a profissão é representada estão intimamente ligadas (SOARES, 2004, p.59).

Nesse sentido, a maneira com que os cursos de formação exercem a qualidade, perspectiva, e até mesmo o crescimento da formação ao nível do curso superior, trabalhem na construção da identidade profissional dos professores.

A identidade se caracteriza de forma pessoal e coletiva. A identidade pessoal é formada pela história e experiência pessoal e a identidade coletiva é uma construção social. De acordo com a professora Brzezinski (2002), a identidade pessoal implica um sentimento de unidade, originalidade e continuidade, enquanto a coletiva é uma construção social que se processa no interior dos grupos e das categorias que estruturam a sociedade e que conferem à pessoa um papel e um status social.

Todavia, para o professor é desagradável identificar-se com uma profissão que não apresenta uma imagem positiva, comum e mobilizadora, sendo assim os cursos de formação tem como umas das finalidades expor aos estudos, problematizá-los levantando discussões e tirando conclusões acerca do problema, tendo em vista um aspecto formativo.

Soares (2004), afirma que os saberes profissionais trabalhados nos cursos de formação inicial estão impregnados de um determinado entendimento de identidade profissional. (SOARES, 2004). Assim, a autora destaca a identidade profissional desenvolvida nos cursos de formação, buscando também entender a importância que os cursos contribuem ao processo de identificação com a profissão docente.

Admite-se que a identidade profissional é uma identidade coletiva porque ela vai se delineando na teia das relações sociais e incorpora a cultura do grupo social e das relações do mundo produtivo nos qual o profissional está inserido. No caso do pedagogo tal como o professor as relações de trabalho se estabelecem no interior da escola, no contexto da comunidade à qual a escola pertence, mas também no extramuros institucional, visto que o pedagogo, por força de lei brasileira em vigor, atua também em espaços não escolares onde ocorre o ato educativo. (BRZEZINSKI, 2011, p. 122)

Portanto, a identidade profissional é uma identidade coletiva, pois incorpora também o modo de o profissional se situar no mundo, a sua história de vida, a suas representações, os seus desejos e expectativas, as suas realizações e frustrações.

A identidade profissional deve ser elaborada como prática social apresentada como ação de influências e grupos, destinada à configuração da existência humana. As práticas sociais, entre elas a educativa, são elevadas ao sistema sociopolítico e histórico. Para garantir essas práticas é necessário que elas sejam construídas pela via coletiva.

## **2.2 A formação do Pedagogo e sua interface com a docência na alfabetização: um estudo sobre a Pedagogia da PUC Goiás a partir do seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC), de 2018.**

O objetivo deste item é referente ao PPC (Projeto Pedagógico do Curso) do curso de Pedagogia da PUC Goiás, na sua versão de 2018. O texto resgata a história da política de formação de professores e detalha os objetivos, os princípios, o perfil do egresso, as diretrizes e uma matriz de referência com as disciplinas da Pedagogia e suas respectivas ementas, a partir do documento estudado.

A história da Formação de Professores na PUC Goiás remonta a sua opção por um projeto de sociedade, homem, educação e formação humana. Trata, pois, da afirmação de um compromisso social e político que teve e tem, ao longo da história, uma perspectiva ética, política, estética e com sólida formação científica. Um primeiro destaque a ser considerado refere-se ao papel histórico da PUC Goiás quanto ao seu compromisso com a qualificação dos projetos dos cursos de Licenciatura e na defesa da qualidade da Educação Básica. Como vanguardista, a PUC Goiás, junto com outras Universidades brasileiras, sempre esteve à frente de grandes projetos nacionais que implicaram recolocar o debate da formação de professores como objeto de Política Pública prioritária. O compromisso da PUC

Goiás em defesa da educação e da formação/valorização dos profissionais da educação encontra lugar em sua natureza e missão institucional como uma Universidade que, desde o princípio, volta-se para a qualificação do bem público (PUC GOIÁS, 2018, p.14).

Entre os anos de 1980 a 1990, no contexto econômico, político e social, a universidade teve um papel fundamental marcada por debates em torno de lutas sociais em defesa da democracia no país, com temas de projetos educacionais envolvendo o papel do Estado nessa luta de direitos. Em meio às lutas destacavam-se aquelas pelo direito à educação gratuita de qualidade para a população. Neste cenário, a Universidade reafirmou a opção pela docência, com base em uma “postura teórica e política”. Assim, os licenciados “deveriam ser formados para atuar nos espaços educacionais intra e extraescolares.” (PUC GOIÁS, 2018).

Em 1994, a Universidade criou o Programa de Formação de Professores. Este Programa tinha como princípio garantir a articulação e integração da Política de Formação de Professores na Instituição. Neste sentido, envolveu os diferentes Departamentos que atuavam na formação de professores, com vistas à elaboração e implantação de um projeto único que articulasse, de maneira orgânica, elementos historicamente dissociados na formação do professor: pedagogo/licenciado; licenciatura/bacharelado; forma/conteúdo; didática/prática de ensino; graduação/pós-graduação; ensino/pesquisa; formação pedagógica/conteúdo específico; verticalização do conhecimento/interdisciplinaridade. Implantou-se, então, um programa de formação de professores concretizada por um currículo com uma base comum a todas as Licenciaturas, cujo objetivo consistia em formar com qualidade o professor da educação básica (UCG, 2004).

Em 1996 trouxe a expansão de formação de professores em ensino privado e também a crise na licenciatura na PUC Goiás. Além da docência, a universidade se afirma com o lugar de formação docente, transformando-se no começo de professores/ pesquisadores. Compondo-se à reestruturação do lugar da pesquisa do projeto pedagógico do curso – PCC a partir das discussões em torno da especificidade da formação do profissional da educação como um docente pesquisador. Defendia-se, á época, um conhecimento mais amplo na área de trabalho dos profissionais da educação, que exigia uma capacitação mais segura para atuar nas áreas mais específicas como professores desempenhando na assessoria, coordenação, gestão e pesquisa nas escolas, nos sistemas de ensino e demais ambientes educativos, como os movimentos sociais e os espaços de educação não formal.

A partir do ano 2002, os cursos passaram a ser orientados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica Resolução CNE/CP n. 1, de 18 de fevereiro de 2002.

Em 2010 a PUC- Goiás criou o vestibular social, afim de assegurar a entrada e a permanência dos estudantes no curso de formação de professores. O objetivo do vestibular social é a inclusão. Desta forma, o Vestibular Social concebe o ingresso à Universidade como uma possibilidade de democratização do acesso ao conhecimento que é historicamente produzido por todos. (PUC GOIÁS, 2018, p.17).

O currículo do curso de Pedagogia da PUC Goiás proposto no PPC de 2018 é destinado à formação de professores para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental e suas modalidades. Conforme o documento, opção pela formação de professores para essas etapas da Educação Básica implica a responsabilidade pelo desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem que possibilitem aos egressos realizarem a docência em diferentes faixas etárias, bem como no ensino formal e não formal, em espaços escolares e não escolares. O curso tem como área de concentração, portanto, a docência, sendo essa orientada pela compreensão de educação como prática social constitutiva e constituinte dos sujeitos, na relação dialética com a natureza e com os homens. (PUC GOIÁS, 2018).

A organização do trabalho pedagógico é entendida em seu sentido mais amplo, compreendendo as políticas educacionais e seus processos organizativos, com implicações na gestão escolar, na organização curricular e na ação docente. A educação infantil e a alfabetização, do mesmo modo, são consideradas desde a aquisição e desenvolvimento da linguagem até os processos permanentes de construção da leitura e da escrita.

Em 2004, o documento da então Universidade Católica de Goiás (Programa de Formação de Professores da Universidade Católica de Goiás) passou por uma reformulação na proposta curricular das licenciaturas, a partir de uma nova perspectiva, seguindo de acordo com as exigências legais que regulavam a formação de professores no país. Pouco tempo depois em 2017, as licenciaturas da PUC Goiás passaram novamente por uma regulamentação a fim de aprimorar a formação de professores na universidade tendo em vista:

O cumprimento da Resolução n. 02, de 1º de julho de 2015, que define as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”; e b) o novo cenário posto às Licenciaturas da PUC Goiás com a implementação do Vestibular Social que, além de revigorar a demanda dos

candidatos aos cursos de formação de professores, contribui, também, para repensar o perfil e a identidade dos ingressantes nestes cursos. (PUC GOIÁS, 2018, p 12).

Conforme o PPC do Curso de Pedagogia – 2018, a política adotada pela PUC Goiás ocorre diante da nova organização acadêmico administrativa que, a partir de 2014, configura-se em Escolas. Neste novo perfil institucional, as Licenciaturas passam a ser oferecidas na intersecção de três Escolas: Escola de Formação de Professores e Humanidades (EFPH): Cursos de Educação Física, Filosofia, Geografia, História, Letras e Pedagogia; Escola de Ciências Exatas e da Computação (ECEC): Cursos de Física, Matemática e Química; e Escola de Ciências Agrárias e Biológicas (ECAB): Curso de Ciências Biológicas.

O documento ainda explicita que, em 2004, com a finalidade de articular e dar sentido e unidade à formação de professores dos diferentes cursos de Licenciatura oferecidos pelos antigos Departamentos, foi criado o Colegiado das Licenciaturas. Em 2017, foi implementado o Fórum das Licenciaturas na PUC Goiás “[...] como espaço de debates, fortalecimento político e troca de experiências para a gestão da Política de Formação de Professores.” (PUC GOIÁS, 2018).

Conforme o documento PPC do Curso de Pedagogia – 2018, os objetivos da política de formação de professores da PUC- Goiás é formar professores competentes, rompendo barreiras, rótulos e a objetificação do ser humano. Sendo assim essa formação é assumida pela Universidade no sentido que todo conhecimento passado deve ser produzido com senso crítico, ético e humanitário, assumindo um compromisso com a vida, o ser o humano e com o mundo. Conforme o PPC do Curso de Pedagogia - 2018, “[...] qualquer projeto formativo que se queira constituir como emancipatório deve desenvolver a consciência crítica dos discentes, em função de uma compreensão mais ampla de mundo, de sociedade, de ser humano, de educação e da profissão.” (PUC GOIÁS, 2018. p.18)

Os princípios que orientam a Política de Formação de Professores da PUC Goiás são:

- a) Sólida formação teórica;
- b) Relação dialética entre teoria e prática;
- c) Compromisso social e político com a formação;
- d) Docência como base da formação e da identidade do profissional;
- e) Concepção sócio-histórica da identidade do professor;
- f) Ensino articulado com a pesquisa e a extensão por meio de inter-relação teoria e prática assegurada nas atividades de iniciação científica, monitoria e iniciação à docência;
- g) Interdisciplinaridade;
- h) Gestão colegiada. (PUC GOIÁS, 2018, p. 19 – 20).

O PPC do Curso de Pedagogia – 2018 explicita o perfil dos egressos dos cursos de formação de professores da PUC Goiás, que deverão estar aptos a:

**Entender** a complexidade e os desafios postos à instituição educativa com vistas ao desenvolvimento de um processo educativo para o exercício da cidadania; **Realizar** pesquisa, análise e, também, aplicar os resultados na área educacional; **Atuar** no ensino, na gestão de processos educativos, bem como na organização e gestão de instituições de educação básica; **Conhecer** o contexto educacional, as ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos, desportivos, ateliês e secretarias; **Desenvolver** ações que qualifiquem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com propósito pedagógico, visando ao processo ensino-aprendizagem; **Planejar e executar** atividades nos espaços formativos da educação Básica; **Envolver-se** com o planejamento de atividades e com a elaboração do Projeto Pedagógico da instituição de ensino, assim como participar das reuniões pedagógicas; **Conhecer** as teorias e os parâmetros curriculares para a educação básica; **Dominar** as teorias educacionais e ter competência para a formulação de Propostas Pedagógico-didáticas; **Investigar e analisar** conteúdos que fundamentam as Diretrizes Curriculares para a educação básica; Pesquisar e analisar conhecimentos específicos e pedagógicos, assim como concepções e dinâmicas pedagógico-didáticas articuladas à prática e à experiência docente; **Executar, acompanhar e avaliar** projetos educacionais, abrangendo, o uso de tecnologias educacionais e diversificados recursos e procedimentos pedagógico-didáticos; **Incorporar** de forma crítica, práticas emergentes no seu campo profissional. Investir em sua formação continuada. (grifos nossos).

Observa-se uma grande expectativa com a formação de licenciados, com a formação de pedagogos. Conforme o documento, os egressos dos cursos de formação inicial em nível superior deverão dominar os conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências:

**Agir** eticamente e com compromisso social na formação dos estudantes da educação básica, incluindo os que não tiveram acesso à escolarização na idade própria. **Promover** a aprendizagem e o desenvolvimento de sujeitos nas diferentes etapas e modalidades da educação básica. **Dominar** os conteúdos específicos e os pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do ensino de forma interdisciplinar. **Dominar** as tecnologias da informação e comunicação e sua aplicação no processo ensino-aprendizagem. **Promover** a cooperação entre a escola, a família e a comunidade. **Diagnosticar** problemas socioculturais e educacionais, a partir de uma postura investigativa, visando superar exclusões de quaisquer natureza. **Ter consciência** da diversidade humana e ambiental e respeitar suas diferenças e especificidades. **Atuar** na gestão e organização das instituições de educação básica e contribuir com a elaboração, implementação, execução e avaliação do Projeto pedagógico. **Realizar** pesquisas de interesse docente, com vistas à reflexão sobre a própria prática e à discussão e disseminação de conhecimento. **Estudar, analisar e interpretar** criticamente os instrumentos legais e normativos como componentes essenciais à formação de professores para o exercício da docência. (grifos nossos).

A matriz curricular do curso de Pedagogia da PUC Goiás - 2018 está inserida nas Políticas de Formação de Professores da EFPH. Sendo assim, a matriz aborda aos alunos variadas disciplinas que têm como origem um conjunto de conhecimentos e saberes que considera aos princípios da interdisciplinares/transdisciplinaridade na formação de professores. Cada curso oferece aos alunos opções de disciplinas que serão adicionadas em todos os PPC do curso.

Conforme o PPC da PUC Goiás de 2018, as disciplinas da Matriz Curricular do curso de Pedagogia são distribuídas em oito períodos:

**1º Período:** FPH 1000 Sociologia e Educação; FPH 1001 Leitura e Produção de Textos; FPH 1002 Organização do Trabalho Acadêmico; PED1000 Cultura, Arte e Formação Humana; PED1001 História da Educação; PED 1002 Estudos Sócio-históricos da Infância, Adolescência e Juventude.

**2º Período:** FPH 1003 Religião, Cultura e Educação; FPH 1004 Filosofia e Educação I PED 1003 História da Educação II; PED 1004 Estudos Sociológicos da Educação brasileira; PED1005 Trabalho, Educação e Trabalho Docente; PED1006 Conteúdos e Processos de Ensino de Arte.

**3º Período:** Psicologia da Educação I; FPH 1008 Políticas Educacionais I; Filosofia e Educação II; Alfabetização e Letramento I; Educação Popular e Educação de Adultos; Educação Infantil: Estudos Sócio-históricos pedagógicos.

**4º Período:** FPH 1005 Fundamentos da Educação Escolar; FPH 1006 Gestão e Organização do trabalho pedagógico; Alfabetização e Letramento II; Psicologia da Educação II; Processos de Ensino- Aprendizagem na EJA; Estágio Supervisionado na Educação Infantil I.

**5º Período:** Didática e Formação de Professores I; Estágio Supervisionado na Educação Infantil II; Teorias do Pensamento Pedagógico Contemporâneo; Pesquisa em Educação; Conteúdos e Processos de Ensino de Língua Portuguesa.

**6º Período:** FPH 1620 Educação e Tecnologias; Língua Brasileira de Sinais (Libras); TCC I; Políticas Educacionais II; Didática e Formação de Professores II; Currículo: Conhecimento e Políticas.

**7º Período:** Eletiva 1; Eletiva 2; Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental I; TCC II; Conteúdos e Processos do Ensino de Ciências Naturais; Conteúdos e Processos do Ensino de Matemática.

**8º Período:** Eletiva 3; Eletiva 4; Conteúdos e Processos do Ensino de História; Conteúdos e Processos do Ensino de Geografia; Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental II.

Decorrente das discussões que conduziram à reelaboração do PPC, a comissão de reformulação analisou coletivamente cada ementa, a bibliografia básica e complementar com vistas à definição por sua manutenção, revisão ou elaboração de nova ementa quando se tratava de novas disciplinas. (PUC GOIÁS, 2018, p. 67).

Conforme o PPC do Curso de Pedagogia – 2018, podemos destacar as seguintes disciplinas selecionadas a seguir no Quadro 1, que compreendemos, contribuem sobremaneira para a formação do professor pedagogo alfabetizador:

## Quadro 1: Disciplinas Seleccionadas do PPC do Curso de Pedagogia - 2018

### 1º período:

#### **Disciplina : Leitura e Produção de Textos**

**Ementa:** Texto: fatores de textualidade, modalidades e gêneros. Leitura: níveis, modalidades, interpretação de textos e gramaticalidade. Leitura e escrita como práticas científicas e socioculturais.

#### **Disciplina: Estudos Sócios históricos da Infância, Adolescência e Juventude**

**Ementa:** Estudos históricos, sociais e culturais da infância, da adolescência e da juventude: conceito, concepções, práticas sociais e educacionais em relação à criança, ao adolescente e ao jovem. Direitos humanos e a proteção da infância, da adolescência e da juventude.

### 3º Período

#### **Disciplina: Psicologia da Educação I**

**Ementa:** Psicologia da educação como campo de investigação científica e contribuições para a formação do professor. Relação psicologia/educação, desenvolvimento/ aprendizagem e processos educacionais a partir das abordagens: comportamental, psicanalítica, psicogenética e histórico-cultural.

#### **Disciplina: Alfabetização e Letramento I**

**Ementa:** Linguagem, discurso e ensino da língua materna nos contextos socioculturais. Contribuições da linguística para a compreensão da língua. Introdução à história da Escrita e análise crítica dos métodos de alfabetização. Articulação entre ensino da língua e o fracasso escolar. Relação entre alfabetização e letramento.

#### **Disciplina: Educação Infantil: estudos sócio-histórico-pedagógicos**

**Ementa:** A função sócio-histórico político-pedagógica da Educação Infantil. Visão epistemológica dos diferentes teóricos que fundamentam a Educação Infantil. Ordenamento jurídico legal, pós LDB, que institucionaliza a Educação Infantil no Brasil. A questão da qualidade na Educação Infantil: critérios, parâmetros e indicadores nacionais e locais. Currículo da Educação Infantil. Atividades culturalmente significativas na educação infantil. O papel do professor na organização dos tempos, espaços e ação educativa. Perspectivas metodológicas de trabalho com os conhecimentos, conteúdos e linguagens na Educação Infantil. Processos de articulação com o Ensino Fundamental.

### 4º período

#### **Disciplina: Fundamentos da Educação Escolar**

**Ementa:** Conhecimento e poder na constituição das tendências pedagógicas. Educação e sociedade: concepções e objetivos. Escola e sociedade: origem e finalidades. Trabalho docente: dimensões políticas, sociais e pedagógicas. Ação pedagógica e contexto social, político, econômico e cultural.

#### **Disciplina: Alfabetização e Letramento II**

**Ementa:** Teorias de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita. Abordagem dos aspectos linguísticos, psicolinguísticos e sociolinguísticos do processo de alfabetização. Investigação das práticas de letramento em suas facetas linguísticas, interativa e sociocultural.

**Disciplina: Psicologia da Educação II**

**Ementa:** O estudo de teorias da Psicologia sobre a aprendizagem humana numa leitura histórico-cultural. Relação entre teorias da Psicologia e a educação. Aprendizagem: Teorias, processos e contextos. Dificuldades de aprendizagem e fracasso escolar. Inclusão: conceito, caracterização, causas e suas implicações no contexto escolar.

**Disciplina: Estágio Supervisionado na Educação Infantil I**

**Ementa:** Processo de investigação da relação teoria e prática no Estágio. Trabalho docente e os processos educativos em instituições de Educação Infantil. Problematização da realidade no campo de Estágio. Aspectos constitutivos da docência: formação, identidade e profissionalidade. Docência na instituição de Educação Infantil: natureza, finalidade, princípios, concepções. Processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil. Elementos constitutivos da prática pedagógica na Educação Infantil. Sistematização e apresentação da experiência na forma de Relatório.

**5º Período:****Disciplina: Didática e Formação de Professores I**

**Ementa:** Dimensões da educação: social, afetiva, cognitiva, moral e estética. Processo de ensino-aprendizagem. Teorias do conhecimento e ensino. Questões básicas sobre práticas socioculturais e institucionais e ligação com o ensino. Formas de articulação entre a didática e as didáticas específicas. Conhecimento pedagógico didático e conhecimento disciplinar. Atividades de estudo, métodos e procedimentos de ensino. Concepções e práticas de avaliação da aprendizagem escolar. Planejamento de ensino.

**Disciplina: Estágio Supervisionado na Educação Infantil II**

**Ementa:** Registros pedagógicos: autonomia e autoria na produção do trabalho docente. Processo de ensino-aprendizagem e a ação educativa na Educação Infantil: tempo, espaço, relações e materiais. Docência e prática pedagógica na Educação Infantil: investigação, mediação e intervenção pedagógica em projetos interdisciplinares. Estudo sobre registro e documentação pedagógica na Educação Infantil. Sistematização e apresentação da experiência na forma de Relatório.

**Disciplina: Conteúdos e Processos do Ensino de Língua Portuguesa**

**Ementa:** Os processos ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa nos anos iniciais do ensino fundamental, tendo o texto como eixo norteador da formação do leitor e do escritor. Análise da questão da literatura e do livro didático. Estudo dos conteúdos básicos do ensino da Língua Portuguesa: texto e textualidade; gêneros discursivos; aspectos da fonologia, da morfologia e sintaxe; ortografia; leitura, produção escrita e revisão textual; revisão ortográfica.

**6º Período****Disciplina: Língua Brasileira de Sinais (Libras)**

**Ementa:** Inclusão educacional das pessoas surdas. Histórico e abordagens para a educação dos surdos (oralismo, comunicação total e bilinguismo). Inclusão do aluno surdo na perspectiva bilíngue. Libras: aspectos gramaticais e linguísticos. Introdução às práticas de conversação e noções de tradução e interpretação em Libras. Uso da Libras como instrumento da prática docente.

**Disciplina: Didática e Formação de Professores II**

**Ementa:** A relação professor-aluno conhecimento. Objeto da didática: o processo de ensino aprendizagem. Conceitos básicos de conteúdo, professor, aluno, contexto histórico cultural e institucional, condições de ensino e aprendizagem. A atividade de estudo: natureza, elementos constitutivos, estrutura e procedimentos. Processo didático I: seleção, análise e organização do conteúdo. Processo didático II: características psicológicas, sociais e culturais dos alunos e os motivos. Processo didático III: Os contextos sociais concretos de vida e o ensino-aprendizagem. Processo didático III: Avaliação da aprendizagem escolar. O processo didático IV: Aspectos básicos da relação professor-aluno; a disciplina. A elaboração de planos de aula: conteúdos

**Disciplina: Currículo: conhecimento e políticas**

**Ementa:** Os paradigmas do conhecimento e suas relações com as teorias curriculares. Currículo como construção social. Contexto histórico, econômico e social brasileiro e a configuração do currículo nacional. Organização curricular, a partir das reformas educacionais da década de 1990 e suas implicações no cotidiano escolar. Currículo como elemento constituinte do projeto político-pedagógico da escola. Análise de propostas curriculares oficiais. Tendências alternativas de organização curricular.

**7º Período**

**Disciplina: Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental I**

**Ementa:** Processo de investigação da relação teoria e prática no Estágio. Trabalho docente em processos educativos nos espaços escolares e não escolares. Problematização da realidade no campo de Estágio. Aspectos constitutivos da docência: formação, identidade e profissionalidade. Docência na escola: natureza, finalidade, princípios, concepções. Processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Elementos constitutivos da prática pedagógica nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. Sistematização e apresentação da experiência na forma de Relatório.

**8º período**

**Disciplina: Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental II**

**Ementa:** Registros pedagógicos: autonomia e autoria na produção do trabalho docente. Processo de ensino-aprendizagem e a gestão da aula em espaços escolares e não escolares no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. Prática docente nos espaços formais e não formais: investigação, mediação e intervenção pedagógica em projetos interdisciplinares. Docência na escola: conhecimento, currículo e conteúdo; planejamento escolar e de aulas; método, metodologia e procedimentos e avaliação. Sistematização e apresentação da experiência em forma de relatório.

Fonte: PUC GOIÁS, 2018.

A Matriz Curricular apresenta duas disciplinas específicas **Alfabetização e Letramento I e II** que trabalham com a formação do pedagogo com discussão mais focada para a alfabetização e letramento, porém, podemos compreender que as disciplinas elencadas contribuem com a formação do professor alfabetizador, uma vez que abordam teorias e práticas, conteúdos, temas e proposições didático metodológicas para a formação mais ampliada para a alfabetização e letramento de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Podemos interpretar que são disciplinas que integram-se em um eixo comum, qual seja, a formação para a docência.

### **2.3 Uma interpretação sobre Alfabetização e Letramento**

A par da discussão apresentada até aqui neste trabalho, entendemos que seria importante demarcar nossa interpretação e concepção de alfabetização e letramento que está ancorada nas formulações da autora e estudiosa do tema, Magda Soares.

Historicamente, o conceito de alfabetização se identificou ao ensino aprendido da “tecnologia da escrita”, quer dizer, do sistema alfabético de escrita, o que, geralmente, significa, na leitura, a capacidade de decodificar os sinais gráficos, transformando-os em “sons”, e, na escrita, a capacidade de codificar os sons da fala, transformando-os em sinais gráficos.

A partir dos anos 1980, o conceito de alfabetização foi ampliado com as contribuições dos estudos sobre a psicogênese da aquisição da língua escrita, particularmente com os trabalhos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky. De acordo com esses estudos, o aprendizado do sistema de escrita não se reduziria ao domínio de correspondências entre grafemas e fonemas, mas se caracterizaria como um processo ativo por meio do qual a criança, desde seus primeiros contatos com a escrita, construiria e reconstruiria hipóteses sobre a natureza e o funcionamento da língua escrita, compreendida como um sistema de representação.

Aos poucos, o termo passou a designar o processo não apenas de ensinar e aprender as habilidades de codificação e decodificação, mas também o domínio dos conhecimentos que permitem o uso dessas exigências que qualifica o termo - alfabetização funcional, criada com a finalidade de incorporar as habilidades de uso da leitura e da escrita em situações sociais e, posteriormente, a palavra letramento.

O conceito de letramento chegou ao Brasil na década de 1990. Segundo Albuquerque (2007), o letramento "significa o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e a escrever". É um conceito amplo que mesmo que o indivíduo não seja alfabetizado, ele está inserido nas práticas de leitura, através de uma pessoa alfabetizada, nessas práticas formam vários conhecimentos sobre os gêneros que circulam na sociedade. Albuquerque (2007).

No conceito do letramento está a ideia de que domínio e o uso da língua escrita trazem consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas, estando introduzida em um grupo social, ou para o indivíduo que aprenda a usá-la.

Sobre o conceito do letramento, Soares (2003) afirma:

Letramento é pois, o resultado da ação de ensinar ou aprender a ler e escrever, bem como o resultado da ação de usar essas habilidades em práticas sociais, é estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da língua escrita e de ter-se inserido num mundo organizado diferentemente: a cultura escrita. (SOARES, p. 06, 2003)

Como são muito variados os usos sociais da escrita e as competências a eles associadas (de ler um bilhete simples a escrever uma história), é frequente levar em consideração níveis de letramento dos mais elementares aos mais complexos.

Isso não significa que o processo de ensino sistemático seja dispensável para a alfabetização. Segundo Soares (2003, p. 16), "a alfabetização é algo que deveria ser ensinada de forma sistemática, ela não deve ficar diluída no processo de letramento".

No Brasil os conceitos de alfabetização e letramento se misturam. Segundo Magda Soares (2003, p. 8), esse enraizamento do conceito de alfabetização pode ser detectado tomando-se para análise fontes como os censos demográficos, a mídia, a produção acadêmica. Essa associação gera consequências no domínio da habilidade da leitura e escrita.

A discussão do letramento surge sempre fixado no conceito da alfabetização, o que tem levado, apesar da diferenciação, a uma inconveniente associação dos dois processos, com o domínio do conceito do letramento e a uma certa exclusão da alfabetização.

A particularidade da alfabetização é um dos fatores mais importantes do atual fracasso na aprendizagem e também no ensino da língua escrita nas instituições de ensino brasileiro, esse fracasso que atualmente é constantemente denunciado.

O fracasso na alfabetização nas escolas brasileiras vem ocorrendo de forma insistente há muitas décadas. Hoje, porém, esse fracasso se caracteriza de forma diferente. Anteriormente ele se revelava em avaliações interna nas escolas, sempre concentrado na etapa inicial do ensino fundamental, traduzindo-se em altos índices de reprovação repetência, evasão e hoje o fracasso revela-se em avaliações externas nas escolas com as avaliações estaduais. (SOARES, p. 09, 2003).

Estendido esse fracasso ao longo do ensino fundamental, chegando por muitas vezes ao ensino médio, traduzindo altos índices precário desempenho em provas de leitura mostrando grandes incertos de alunos não alfabetizados ou pré- alfabetizados depois longo

tempo de escolarização. A perda da especificidade do processo de alfabetização nas duas últimas décadas, é um, entre muitos e vários fatores, que pode explicar o fracasso escolar na alfabetização. (SOARES, 2003).

A autora Magda Soares (2003) revela que ocorrem várias causas que podem ser apontadas para perda dessa especificidade do processo de alfabetização, entre elas está a reorganização do tempo escolar trazendo um esquecimento de metas e objetivos a serem cumpridos ao longo do processo de escolarização. A progressão continuada quando é mal concebida e mal aplicada tem como consequências a falta de compromisso com o desenvolvimento gradual e organização de habilidades, competências e conhecimentos.

## **Considerações Finais**

A partir do ponto de vista apresentado neste trabalho pode-se perceber, de modo geral, que a Pedagogia está presente nas mais diversas situações e lugares como uma prática social, ou seja o seu conceito é bem mais amplo; além da prática ela também é uma teoria educativa. Os pedagogos são profissionais que atuam na área da educação a fim de serem mediadores de conhecimento entre os seus alunos. A identidade docente pode ser caracterizada como uma construção social levando em consideração de como o pedagogo é visto pela sociedade, com a desvalorização do seu trabalho e a carga horária.

O percurso histórico da educação que se inicia em 1930 deixa para trás o curso técnico, o estudante passou a ser formado em um curso legalmente constituído com princípios políticos e educacionais. Nessa década, o contexto da Escola Normal vai sendo substituída pelas Instituições Escolares, tendo um formação de dois anos, com disciplinas tradicionais quanto ao Fundamentos da Metodologia de Ensino. O curso de Pedagogia no Brasil ocorreu com a criação da Faculdade de Filosofia e Letras, que foi sendo a base da Universidade brasileira e é assim criado o curso de Pedagogia em 1939, integrando-se à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Sendo assim, a Faculdade de Pedagogia tinha como objetivo formar professores para a Escola Normal e para os Institutos de Educação.

A partir de 1990 no Brasil foram criadas as orientações legais para a formação do pedagogo que foram a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e partir dela é caracterizada o novo perfil do pedagogo, implantando lei que se refere às condições dos profissionais da educação. Sendo assim, o curso de formação de professores proporciona a formação docente que desenvolve valores humanos. Em 2020, a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC - Formação), levanta discussões atuais acerca da formação de professores, tendo reduzindo a formação a um modo mais técnico acerca trabalho do professor.

A partir do documento estudado, o PPC do Curso de Pedagogia da PUC Goiás de 2018, pode-se observar que além de resgatar a história política de formação de professores, ele apresenta os objetivos, os princípios, as diretrizes e as matrizes referentes às disciplinas da Pedagogia e suas ementas. As disciplinas da Matriz Curricular do Curso de Pedagogia são divididas em oito períodos e a Matriz Curricular apresenta duas disciplinas que trabalham diretamente com a formação do professor alfabetizador que são Alfabetização e Letramento I e II sendo elas disciplinas que trabalham teorias e práticas, conteúdos e temas mais ampliados para a alfabetização e letramento de crianças e adolescentes, jovens e adultos.

E por fim, a alfabetização e letramento entende-se que são dois significados distintos. No Brasil esses dois conceitos se misturam. Essa mistura gera consequências no domínio da habilidade da leitura e da escrita que pode ser estendido com o fracasso na alfabetização. O conceito de letramento é a ação de ensinar a aprender a ler e escrever usando essa aprendizagem para o uso social. O conceito da alfabetização se caracteriza como a aprendizagem da “tecnologia da escrita”, ter como a capacidade de decodificar as palavras transformando em “sons”, e na escrita, a capacidade de codificar os sons da fala, transformando em palavras.

Compreendemos, ao final, que a formação em Pedagogia, a partir do estudo do PPC do Curso de Pedagogia de 2018 da PUC Goiás, promove condições necessárias para o trabalho do pedagogo com a alfabetização de crianças, especialmente. A docência para a alfabetização, bem como para outras áreas, é amplamente trabalhada no Curso e, para tal, o Curso permite as discussões políticas e pedagógicas para uma formação consistente e aprofundada do futuro pedagogo.

No decorrer dos estudos pude observar o percurso histórico no Curso de Pedagogia que promoveu mudanças significativas para a formação do docente, as leis foram ampliadas e reformuladas na intenção de traçar o perfil do pedagogo. Diante disso, passamos a compreender melhor sobre o PPC do Curso de Pedagogia da PUC Goiás que tem como intenção a formação do pedagogo. O PPC da PUC Goiás descreve a sua trajetória até a atualidade embasado em leis, currículo, matrizes e as disciplinas com as ementas que contribuem na formação do professor alfabetizador.

Podemos concluir também, que nem tudo o que se propõe em um Curso de Pedagogia, que esteja pensado e organizado em termos de disciplinas e ementas, acontece de fato, como está no papel. Vai depender de inúmeros condicionantes para tal, ou seja, das condições objetivas de trabalho dos professores, de suas concepções de educação, de ensino, de aprendizagem, de sujeito, bem como das condições formativas, sociais, econômicas dos acadêmicos que ingressam no Curso, dos seus processos de escolarização anteriores e o que conseguem construir de conhecimentos no percurso do ensino superior. Observa-se que boa parte dos acadêmicos de Pedagogia são mulheres trabalhadoras, mães e que vieram de escola pública, por vezes retornando aos estudos depois de longo tempo. Esses fatores dão o contexto do Curso de Pedagogia da PUC em que é permeado por inúmeros desafios.

## Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. Conceituando alfabetização e letramento. In: SANTOS, C. F.; MENDONÇA, M. (Org.). **Alfabetização e letramento: Conceitos e relações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 11-22.

ANFOPE. **Documentos Finais** do VI, VII, VIII, IX e X Encontros Nacionais da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, 1992 a 2000.

AZEVEDO, Cláudio H. Mascarenhas de. **Cenário político educacional na década de 1990**. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2454/Cenario-politico-educacional-na-decada-de-1990>. Acesso em: 05 de dezembro de 2021.

BRASIL/MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDBEN, Lei nº 9.394), Brasília, 1996.

BRASIL. Parecer CNE/CP1/2006 - **Diretrizes Curriculares Nacionais** para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL/MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL/MEC. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 27 DE OUTUBRO de 2020. **Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica**. Brasília, 2020.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas: Papirus, 1996.

BRZEZINSKI, Iria. **Profissão professor: identidade e profissionalização docente**. Brasília : Plano Editora, 2002, 196p.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogo: delineando identidade (s)**. Goiânia: Revista UFG, julho 2011, p.122.

CARREIRA, T. **Marcas de identidade e qualidade em educação**. In: Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação "Investigar E Formar Em Educação", 6., 1999, Porto. *Anais...* Porto: Fundação

COSTA, Eliane Miranda; MATTOS, Cleide Carvalho de; CAETANO, Vivianne Nunes da Silva. **Implicações da BNC-formação para a universidade pública e formação docente**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp. 1, p. 896-909, mar. 2021. e-ISSN: 1982-5587

FERREIRA, Viviane. **Curso de pedagogia no Brasil: história e formação com pedagogos primordiais** (Resenha), Cad. Pesquisa v. 42, n. 145, p. 298-329 jan./abr. 2012.

FREITAS, Helena. **BNC da Formação: a educação e a profissão em risco**. Disponível em <https://formacaoprofessor.com/2019/10/03/bnc-da-formacao-a-educacao-e-a-profissao-em-risco>. Acesso em: 26 de novembro de 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietação e buscas**. Curitiba: Editora da UFPR. 2001.p 6

NÓVOA, Antônio. **O passado e o presente dos professores**. In: NÓVOA, A. (Coord.). Profissão professor. Porto: Editora Porto, 1995.

PUC GOIAS. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**, 2018. (divulgação interna).

SAVIANI, Demerval. **Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas**. Poésis Pedagógica - V.9, N.1 jan/jun.2011; pp.07-19.

SAVIANI, Demerval. **A Pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas/SP: Autores Associados, 2008.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Valter. **Formação de professores: Saberes, identidade e profissão**. Campinas/SP: Editora Papyrus, 2004.

SOKOLOWSKI, Maria Tereza. **Historia do curso de pedagogia no Brasil**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v20n1p81-97>. Acesso em: 27 de novembro de 2021.

SOKOLOWSKI, Maria Teresa. **Levantamento histórico da formação de professores no Brasil, dos anos 30 aos anos 90: legislação e políticas educacionais**. Educação: Teoria e Prática/ Rio Claro/ Vol. 25, n.49/ p.225-238 / Mai-Ago. 2015.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Diretrizes do Programa de Formação de Professores**. Goiânia, 2004.